

<i>Prefácio</i>	VII
<i>Nota do Autor</i>	IX

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	3
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL	3
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	3
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	4
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	5
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	5
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	5
4 CIÊNCIAS PENAIS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	5
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	6
5.1 Princípio da legalidade	6
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	6
5.3 Princípio da taxatividade	7
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	7
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	7
5.6 Princípio da adequação social	7
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo)	8
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	8
5.9 Princípio do Direito Penal máximo	8
5.10 Princípio da proporcionalidade da pena	9
5.11 Princípio da individualização da pena	9
5.12 Princípio da humanidade	10
5.13 Princípio da razoabilidade	10
II — FONTES DO DIREITO PENAL	11
1 FONTES MATERIAIS	11
2 FONTES FORMAIS	11
2.1 Fonte formal imediata	11
2.1.1 Lei e norma penal	11
2.1.2 Norma penal em branco	12

2.1.3	Integração da norma penal	13
2.1.4	Norma penal incompleta	13
2.2	Fontes formais mediatas	14
2.2.1	Costume	14
2.2.2	Princípios gerais de direito	14
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal.	15
III	— INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	17
I	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO	17
1.1	Interpretação autêntica	17
1.2	Interpretação doutrinária.	17
1.3	Interpretação jurisprudencial.	18
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	18
2.1	Interpretação gramatical	18
2.2	Interpretação lógica	18
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO	18
3.1	Interpretação declarativa	18
3.2	Interpretação restritiva.	18
3.3	Interpretação extensiva.	18
IV	— APLICAÇÃO DA LEI PENAL	21
I	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	21
1.1	Legalidade formal e legalidade material	22
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	22
2.1	Vigência e revogação da lei penal	23
2.2	Conflito de leis penais no tempo	23
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	23
2.4	Ultra-atividade.	24
2.5	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais.	24
2.6	Tempo do crime.	25
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	25
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	26
3.2	Princípios adotados pelo Brasil.	26
3.3	Território	27
3.3.1	Território brasileiro por equiparação	27
3.4	Lugar do crime.	27
3.5	Teoria adotada pelo Brasil.	28
3.6	Extraterritorialidade	28
3.6.1	Extradição, deportação e expulsão	29
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	31

4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS	31
4.1	Imunidades diplomáticas	31
4.2	Imunidades parlamentares	32
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES	33
5.1	Eficácia de sentença estrangeira	33
5.2	Contagem de prazos	34
5.3	Frações não computáveis da pena	34
5.4	Legislação especial	34
V — TEORIA DO CRIME		35
I	CONCEITO DE CRIME	35
I.1	Sistema Causal-Naturalista	35
I.2	Sistema Neoclássico	36
I.3	Sistema Finalista	36
I.3.1	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida	37
I.4	Sistema Social	37
I.5	Sistema Funcionalista	37
I.6	Estrutura do crime	38
I.6.1	Sujeito ativo	38
I.6.2	Sujeito passivo	38
I.6.3	Capacidade penal	38
I.6.4	Objeto do crime	38
I.6.5	Punibilidade	39
I.6.6	Crime e contravenção penal	39
I.6.7	Classificação dos crimes	40
2	FATO TÍPICO	46
2.1	Teoria do tipo	47
2.1.1	Teoria dos elementos negativos do tipo	48
2.1.2	Classificação do tipo	48
2.1.3	Conflito aparente de normas	49
2.2	Conduta	51
2.2.1	Formas de conduta	51
2.2.2	Crimes omissivos próprios	52
2.2.3	Crimes omissivos impróprios	52
2.2.4	Crimes omissivos por comissão	52
2.2.5	Caso fortuito e força maior	52
2.3	Nexo de causalidade	52
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes	53
2.3.2	Superveniência causal	54
2.4	Resultado	54
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado	55

2.5	Crime consumado e crime tentado	55
2.5.1	Consumação	56
2.5.2	Tentativa	57
2.5.3	“Iter criminis”	57
2.5.4	Cogitação.	57
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução	57
2.5.6	Elementos da tentativa	58
2.5.7	Espécies de tentativa	58
2.5.8	Pena da tentativa	59
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa	59
2.5.10	Tentativa e contravenção penal	60
2.6	Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior	60
2.6.1	Natureza jurídica da desistência voluntária do arrependimento eficaz	61
2.7	Crime impossível	62
2.8	Crime doloso	62
2.8.1	Conceito de dolo.	63
2.8.2	Teorias sobre o dolo	63
2.8.3	Teorias adotadas pelo Brasil	63
2.8.4	Espécies de dolo	63
2.9	Crime culposo	64
2.9.1	Cuidado objetivo.	65
2.9.2	Previsibilidade	65
2.9.3	Elementos do fato típico culposo.	65
2.9.4	Imprudência, negligência e imperícia	66
2.9.5	Espécies de culpa.	66
2.9.6	Excepcionalidade do crime culposo	67
2.9.7	Outras questões referentes à culpa	67
2.10	Crime preterdoloso	67
3	ERRO DE TIPO	67
3.1	Conceito de erro de tipo	68
3.2	Espécies de erro de tipo.	68
3.2.1	Erro de tipo essencial	68
3.2.2	Erro de tipo acidental.	69
3.2.2.1	Espécies	69
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”.	69
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”.	69
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”.	70
3.2.5.1	Desígnios autônomos	71
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)”.	72
3.2.7	Erro determinado por terceiro	72
3.2.8	Descriminantes putativas	73

4	ANTI JURIDICIDADE.....	74
4.1	Conceito.....	74
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade.....	74
4.3	Estado de necessidade.....	74
4.3.1	Conceito.....	75
4.3.2	Natureza jurídica.....	75
4.3.3	Requisitos.....	75
4.3.4	Causa de diminuição da pena.....	76
4.3.5	Formas de estado de necessidade.....	76
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante.....	76
4.4	Legítima defesa.....	77
4.4.1	Conceito.....	77
4.4.2	Natureza jurídica.....	77
4.4.3	Requisitos.....	78
4.4.4	Formas de legítima defesa.....	78
4.4.5	Legítima defesa subjetiva.....	78
4.4.6	Legítima defesa sucessiva.....	79
4.4.7	Legítima defesa recíproca.....	79
4.4.8	Provocação e legítima defesa.....	79
4.4.9	Ofendículas.....	80
4.4.10	Questões interessantes sobre legítima defesa.....	80
4.5	Estrito cumprimento do dever legal.....	81
4.6	Exercício regular de direito.....	81
4.7	O consentimento do ofendido.....	82
4.8	Risco permitido.....	82
4.9	Violência desportiva.....	82
4.10	Excesso punível.....	83
5	CULPABILIDADE.....	83
5.1	Conceito.....	84
5.2	Elementos da culpabilidade.....	85
5.3	Imputabilidade.....	85
5.3.1	“Actio libera in causa”.....	85
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade.....	85
5.3.3	Semi-imputabilidade.....	88
5.4	Potencial consciência da ilicitude.....	89
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei.....	89
5.4.2	Erro de proibição.....	89
5.5	Exigibilidade de conduta diversa.....	90
5.5.1	Coação moral irresistível.....	91
5.5.2	Obediência hierárquica.....	91

6	CONCURSO DE PESSOAS	92
6.1	Concurso necessário e eventual	92
6.2	Formas de concurso de agentes	93
6.3	Requisitos do concurso de agentes	93
6.4	Autoria	93
6.5	Participação	94
6.6	Formas de participação	95
6.7	Autoria mediata	95
6.8	Autoria colateral e autoria incerta	95
6.9	Conivência e participação por omissão	96
6.10	Concurso em crime culposo	96
6.11	Punibilidade no concurso de pessoas	96
6.12	Circunstâncias incomunicáveis	97
6.13	Casos de impunibilidade	97
VI	SANÇÃO PENAL	99
1	INTRODUÇÃO	99
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL	99
3	PENA	99
3.1	Conceito de pena	99
3.2	Finalidades da pena	100
3.3	Características da pena	101
3.4	Espécies de pena	101
3.5	Regimes prisionais	101
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	102
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade	102
4.2	Forma progressiva de execução da pena	102
4.3	Regime de pena nos crimes hediondos	103
4.4	Regras do regime fechado	104
4.5	Regras do regime semi-aberto	104
4.6	Regras do regime aberto	104
4.7	Casa do albergado	104
4.8	Prisão-albergue domiciliar	105
4.9	Regime especial	105
4.10	Regime disciplinar diferenciado — RDD	105
4.11	Direitos e trabalho do preso	106
4.12	Superveniência de doença mental	106
4.13	Detração penal	106
	4.13.I Detração em pena restitutiva de direitos	107

4.13.2	Detração em pena de multa	107
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	107
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos	108
5.2	Natureza jurídica	108
5.3	Características	108
5.4	Duração das penas restritivas de direitos	108
5.5	Impossibilidade de cumulação	109
5.6	Conversão	109
5.7	Prestação pecuniária	109
5.8	Perda de bens e valores	109
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	110
5.10	Interdição temporária de direitos	110
5.11	Limitação de fim de semana	111
6	PENA DE MULTA	111
6.1	Conceito	112
6.2	Cominação e aplicação	112
6.3	Pagamento da multa	112
7	APLICAÇÃO DA PENA	113
7.1	Circunstâncias do crime	113
7.2	Circunstâncias judiciais	114
7.3	Circunstâncias legais	114
7.4	Circunstâncias agravantes	115
7.4.1	Aplicação obrigatória	115
7.4.2	Rol taxativo	116
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes	116
7.5	Reincidência	117
7.5.1	Conceito	117
7.5.2	Formas	118
7.5.3	Pressuposto da reincidência	118
7.5.4	Réu primário e réu reincidente	118
7.5.5	Efeitos da reincidência	119
7.5.6	Crimes que não geram reincidência	120
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	120
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	120
7.7	Circunstâncias atenuantes	121
7.7.1	Aplicação obrigatória	121
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	121
7.7.3	Circunstâncias inominadas	122
8	FIXAÇÃO DA PENA	122
8.1	Momento judicial de fixação da pena	123
8.2	Juízo de culpabilidade	123

8.3	Cálculo da pena	123
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes.	123
9	CONCURSO DE CRIMES.	124
9.1	Noções gerais.	124
9.2	Sistemas de aplicação da pena.	124
9.3	Espécies de concurso.	125
9.4	Concurso material.	125
9.4.1	Conceito.	125
9.4.2	Espécies.	125
9.4.3	Aplicação da pena.	126
9.5	Concurso formal.	126
9.5.1	Conceito.	126
9.5.2	Espécies.	126
9.5.3	Aplicação da pena.	127
9.5.4	Cúmulo material benéfico.	127
9.6	Crime continuado.	127
9.6.1	Conceito.	128
9.6.2	Natureza jurídica.	128
9.6.3	Crimes da mesma espécie.	128
9.6.4	Requisitos.	128
9.6.5	Condições objetivas semelhantes.	128
9.6.6	Espécies de crime continuado.	129
9.6.7	Aplicação da pena.	129
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes.	130
9.7	Aplicação da pena de multa.	130
10	LIMITE DAS PENAS.	130
II	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.	131
II.1	Conceito.	131
II.2	Sistemas.	132
II.3	Formas.	132
II.4	Requisitos.	132
II.5	Período de prova.	133
II.6	Condições.	133
II.7	Revogação do “sursis”.	134
II.7.1	Cassação do “sursis”.	134
II.7.2	Restabelecimento do “sursis”.	134
II.8	Prorrogação do “sursis”.	134
II.9	Questões interessantes.	135
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL.	136
12.1	Conceito.	137

12.2	Requisitos.	137
12.3	Concessão.	138
12.4	Condições	138
12.5	Revogação	139
12.6	Restauração do livramento	140
12.7	Prorrogação do livramento	140
12.8	Extinção do livramento	140
13	MEDIDA DE SEGURANÇA	140
13.1	Conceito.	141
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança.	141
13.3	Espécies de medida de segurança	141
13.4	Aplicação da medida de segurança	142
13.5	Medida de segurança substitutiva	142
13.6	Sistema vicariante.	143
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	143
14.1	Conceito de condenação	143
14.2	Efeitos secundários de natureza penal.	144
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal.	144
15	REABILITAÇÃO.	145
15.1	Conceito.	145
15.2	Prazo para requerimento	145
15.3	Condições da reabilitação	145
15.4	Procedimento da reabilitação	145
15.5	Efeitos da reabilitação	146
15.6	Revogação da reabilitação	147
VII	— AÇÃO PENAL.	149
1	CONCEITO.	149
2	CLASSIFICAÇÃO.	149
3	AÇÃO PENAL PÚBLICA	149
3.1	Noções gerais.	149
3.2	Espécies	150
3.2.1	Ação penal pública incondicionada	150
3.2.2	Ação penal pública condicionada.	150
3.3	Ação penal nos crimes complexos.	151
4	AÇÃO PENAL PRIVADA.	152
4.1	Noções gerais.	152
4.2	Espécies	152

4.2.I	Ação penal privada exclusiva	I52
4.2.I.I	Ação penal privada personalíssima	I53
4.2.2	Ação penal privada subsidiária	I53
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL	I53
VIII	— EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	I55
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE	I55
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	I55
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	I55
4	ROL EXEMPLIFICATIVO	I56
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE	I56
5.1	Morte do agente	I56
5.2	Anistia	I56
5.3	Graça e indulto	I57
5.4	“Abolitio criminis”	I58
5.5	Renúncia do direito de queixa	I59
5.6	Perdão aceito	I59
5.7	Retratação do agente	I60
5.8	Casamento do agente com a vítima	I61
5.9	Casamento da vítima com terceiro	I61
5.10	Decadência	I62
5.11	Perempção	I63
5.12	Perdão judicial	I63
6	PRESCRIÇÃO	I64
6.1	Conceito de prescrição	I64
6.2	Espécies de prescrição	I64
6.3	Prescrição da pretensão punitiva	I64
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	I65
6.5	Prescrição da pretensão executória	I66
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	I66
6.7	Prescrição intercorrente	I67
6.8	Prescrição retroativa	I68
6.9	Prescrição antecipada	I69
6.10	Redução dos prazos prescricionais	I69
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	I69
6.12	Prescrição da pena de multa	I69